

Na Comissão Mista, críticas à mensagem

BRASÍLIA — O relator da Comissão Mista que examina a emenda de convocação da Constituinte, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), intensificará na próxima semana seus estudos sobre a matéria, a fim de apresentar parecer no dia 8 de outubro. Até esse dia, a Comissão não se reunirá mais, já que a fase de audiências a representantes da sociedade civil e juristas foi concluída na última quinta-feira e a etapa seguinte é a apreciação do parecer.

A maioria dos depoimentos prestados à Comissão foi marcada pela defesa de teses que ampliam a participação popular na Constituinte e por divergências ou críticas à emenda governamental. Em dez dos 14 depoimentos, por exemplo, foi defendida a Constituinte exclusiva — separada do Congresso —, que não é bem recebida por Deputados e Senadores.

O representante da Conclat, sindicalista Joaquim dos Santos Andrade, sustentou que o Congresso não teria a necessária isenção para elaborar uma Constituição, argumento semelhante ao do jurista Dalmo Dallari, membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, para quem uma constituinte congressual seria um caso típico de legislação em causa própria. Já o ex-Presidente da OAB, Raymundo Faoro, disse que "não pode fazer a cama quem vai se deitar nela".

Mais enfático, o Secretário-Geral da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, sustentou que qualquer convocação de Constituinte meramente parlamentar resultaria na feitura de

uma Constituição natimorta, com a qual o povo não se sentiria comprometido.

O Presidente da OAB, Hermann Baeta, sustentou que a mensagem do Governo impossibilita a elaboração de uma Constituição democrática ao atribuir poder constituinte originário ao futuro Congresso.

Também defenderam a Constituinte exclusiva os juristas Fábio Comparato, de São Paulo, e Néelson Saldanha, da Universidade Federal de Pernambuco, além do Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneghelli e do Presidente do Grupo Jornalístico Visão, Henry Maksoud.

A favor da Constituinte congressual manifestaram-se o Presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos — para quem "não há incompatibilidade de fundo entre o poder constituinte e o congressual" — e o professor de Direito da USP Geraldo Ataliba, sob o argumento de que "a realidade brasileira recomenda que o Congresso receba atribuições constituintes".

O Consultor-Geral da República, Paulo Brossard, colocou-se na mesma posição, junto com o delegado da Fiesp na Confederação Nacional da Indústria, Carlos Eduardo Moreira Ferreira.

Alguns dos convidados a debater a convocação da Constituinte na Comissão propuseram avanços em relação à emenda governamental, como a remoção do chamado "entulho autoritário", a anistia ampla, geral

e irrestrita, a previsão do controle de gastos na campanha eleitoral, a possibilidade de candidatos avulsos — sem filiação partidária — à Assembleia, o referendo popular para a nova Constituição e a criação de comissões consultivas municipais para a promoção de debates sobre a futura Carta.

O Professor Geraldo Ataliba propôs que os Senadores eleitos em 1982 integrem uma comissão destinada a cuidar da legislação ordinária. Paulo Brossard sugeriu que durante a fase constituinte seja reservada ao Executivo a iniciativa de leis, apenas no caso de assuntos importantíssimos e inadiáveis, e os projetos apreciados em regime excepcional pelo Congresso.

Dallari também formulou uma sugestão: a de que a legislação ordinária seja atribuída a um conselho composto de 30 membros, dez dos quais eleitos pelo Congresso, dez pelos tribunais superiores e dez pela cúpula do Executivo.

Na fase de audiências, os integrantes da Comissão Mista ouviram duras críticas à proposta do Presidente José Sarney de convocação da Constituinte. Dallari disse que a mensagem não convoca a Assembleia mas sugere uma grande emenda constitucional.

Segundo Faoro, a proposta de Sarney tem tantos vícios que seria mais realista o Congresso rejeitá-la e promover reformas na Constituição com o quorum atual de dois terços dos membros da Câmara e do Senado.

Senadores do PFL apóiam Emenda Sarney

BRASÍLIA — A bancada do PFL no Senado, reunida ontem, firmou posição a favor da emenda do Governo de convocação da Constituinte na forma como foi enviada ao Congresso pelo Presidente Sarney e decidiu rejeitar qualquer emenda que a descaracterize.

Para o líder do partido, Senador Carlos Chiareli, as propostas de candidaturas avulsas, de instituição de delegados constituintes e de duplicidade de eleições "são atípicas e inoportunas ao processo democrático".

Durante a reunião, a bancada do PFL decidiu ainda não firmar qualquer posição em torno da alteração dos prazos de desincompatibilização, mas, caso haja o consenso em torno da ampliação desses prazos, vai sugerir que fique entre oito e nove meses.

A bancada do PFL volta a se reunir na próxima quarta-feira para ouvir o relato dos Senadores José Lins (CE) e Nivaldo Machado (PE) sobre o Plano Nacional de Reforma Tributária, que será levado pelo partido à reunião do Conselho Político.

● O Ministro da Educação, Marco Maciel, disse que a nova Constituição "precisa garantir coisas mínimas, como direitos e liberdade individual, mecanismos que assegurem a consolidação da democracia". Ele é a favor de uma rigorosa seleção dos temas a serem incluídos na Carta, observando que, "se tiver itens demais, corre o risco de ficar precocemente ultrapassada". Maciel defende, ainda, a eleição de delegados constituintes em 1986, que, após cumprir sua missão, permaneceriam no Congresso como legisladores.

Ruralistas querem eleger constituintes

BRASÍLIA — A reforma agrária passou a segundo plano na lista de prioridades dos empresários rurais, substituída pela Constituinte, segundo o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio Brito. Eles temem a presença de maioria esquerdista na Constituinte e iniciam hoje, com o leilão de mil cabeças de boi em Goiânia, um movimento para ajudar seus candidatos a se elegerem. Segundo Flávio, garantir uma vaga na Câmara ou no Senado está custando hoje, no Amazonas, Cr\$ 2 bilhões, quantia que aumenta em outros Estados.